



Ponto 3. Custeio da Seguridade Social

Prof^a. Anna Carla Fracalossi

O Financiamento da Seguridade Social

- **Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:**
 - **I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:**
 - a) **a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;**
 - b) **a receita ou o faturamento;**
 - c) **o lucro;**
 - **II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;**
 - **III - sobre a receita de concursos de prognósticos.**
 - **IV - do importador de bens ou serviços do exterior, ou de quem a lei a ele equiparar.**

O Financiamento da Seguridade Social

- Além das fontes previstas no art. 195 da CF/88, também se destina à Seguridade Social o produto arrecadado com as contribuições para o PIS e o PASEP, que passam a financiar o seguro-desemprego e o abono do PIS/PASEP (art. 239 CF/88).

O Financiamento da Seguridade Social

- Outra fonte de recursos que se destinou ao financiamento da Seguridade Social e que se encontra apartada do art. 195 era a CPMF, disciplinada nos arts. 84 a 88 do ADCT, mas extinta a partir de 1º/01/2008.

TRIBUTOS

- Impostos
- Taxas
- Empréstimos compulsórios
- Contribuições de melhoria
- Contribuição Social (em sentido amplo):
 - Contribuição de intervenção no domínio econômico (ex: adicional sobre frete para renovação da marinha mercante – AFRMM, SEBRAE)
 - Contribuição de interesse de categoria profissional ou econômica (ex: contribuição para OAB).
 - Contribuição social (em sentido estrito):
 - **Contribuição para Seguridade Social**
 - **Outras contribuições sociais (contribuições sociais gerais)**
 - **OUTRAS contribuições sociais para a Seguridade Social**

Contribuição para Seguridade Social

- COFINS
- CSLL
- CPMF
- PIS/PASEP
- CONCURSO DE PROGNÓSTICOS
- PIS-IMPORTAÇÃO
- COFINS-IMPORTAÇÃO
- PREVIDENCIÁRIA

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS GERAIS – Espécies

- SESC*
- SENAC*
- SESI*
- SENAI*
- SALÁRIO-EDUCAÇÃO**
- OUTRAS

*Art. 240 CF

**Art. 212, § 5o. CF

OUTRAS contribuições sociais para a Seguridade Social

- O art. 195 §4º dispõe:
- “A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.”

OUTRAS contribuições sociais para a Seguridade Social

- O art. 195 §4º dispõe:
- “A lei poderá instituir outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social, obedecido o disposto no art. 154, I.”

OUTRAS contribuições sociais para a Seguridade Social

- Art. 154. A União poderá instituir:
- I - mediante lei complementar, impostos não previstos no artigo anterior, desde que sejam não-cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados nesta Constituição;
- II - na iminência ou no caso de guerra externa, impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.

OUTRAS contribuições sociais para a Seguridade Social

- **EMENTA:** - CONSTITUCIONAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 15, LEI 9.424/96. **SALÁRIO-EDUCAÇÃO**. CONTRIBUIÇÕES PARA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO. DECISÕES JUDICIAIS CONTROVERTIDAS. ALEGAÇÕES DE **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL**. **FORMAL:** LEI COMPLEMENTAR. DESNECESSIDADE. NATUREZA DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. § 5º, DO ART. 212 DA CF QUE REMETE SÓ À LEI. PROCESSO LEGISLATIVO. EMENDA DE REDAÇÃO PELO SENADO. EMENDA QUE NÃO ALTEROU A PROPOSIÇÃO JURÍDICA. FOLHA DE SALÁRIOS - REMUNERAÇÃO. CONCEITOS. PRECEDENTES. QUESTÃO INTERNA CORPORIS DO PODER LEGISLATIVO. CABIMENTO DA ANÁLISE PELO TRIBUNAL EM FACE DA NATUREZA CONSTITUCIONAL.

OUTRAS contribuições sociais para a Seguridade Social

- **Continuação: - INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL:** BASE DE CÁLCULO. VEDAÇÃO DO ART. 154, I DA CF QUE NÃO ATINGE ESTA CONTRIBUIÇÃO, SOMENTE IMPOSTOS. **NÃO SE TRATA DE OUTRA FONTE PARA A SEGURIDADE SOCIAL.** IMPRECISÃO QUANTO A HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. A CF QUANTO AO SALÁRIO-EDUCAÇÃO DEFINE A FINALIDADE: FINANCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E O SUJEITO PASSIVO DA CONTRIBUIÇÃO: AS EMPRESAS. NÃO RESTA DÚVIDA. CONSTITUCIONALIDADE DA LEI AMPLAMENTE DEMONSTRADA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE QUE SE JULGA PROCEDENTE, COM EFEITOS EX-TUNC. **(ADC 3 / UF - UNIÃO FEDERAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE. Relator(a): Min. NELSON JOBIM).**

OUTRAS contribuições sociais para a Seguridade Social

EMENTA:

CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. PREVIDÊNCIA SOCIAL. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: PARLAMENTAR: EXERCENTE DE MANDATO ELETIVO FEDERAL, ESTADUAL OU MUNICIPAL. Lei 9.506, de 30.10.97. Lei 8.212, de 24.7.91. C.F., art. 195, II, sem a EC 20/98; art. 195, § 4º; art. 154, I. I. - A Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, acrescentou a alínea h ao inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, tornando segurado obrigatório do regime geral de previdência social **o exercente de mandato**

eletivo, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social. II. - Todavia, não poderia a lei criar figura nova de segurado obrigatório da previdência social, tendo em vista o disposto no art. 195, II, C.F. Ademais, a Lei 9.506/97, § 1º do art. 13, ao criar figura nova de segurado obrigatório, instituiu fonte nova de custeio da seguridade social, instituindo contribuição social sobre o subsídio de agente

OUTRAS contribuições sociais para a Seguridade Social

- **CONTINUAÇÃO:** A instituição dessa nova contribuição, que não estaria incidindo sobre "a folha de salários, o faturamento e os lucros" (C.F., art. 195, I, sem a EC 20/98), exigiria a técnica da competência residual da União, art. 154, I, ex vi do disposto no art. 195, § 4º, ambos da C.F. É dizer, somente por lei complementar poderia ser instituída citada contribuição. III. - Inconstitucionalidade da alínea h do inc. I do art. 12 da Lei 8.212/91, introduzida pela Lei 9.506/97, § 1º do art. 13. RREE 351.717/PR e 351.717-ED/PR (Plenário, 08.10.2003 e 05.02.2004, respectivamente). IV. - R.E. conhecido e provido. Agravo não provido.

(RE 334794 AgR / PR - PARANÁAG.REG.NO
RECURSO EXTRAORDINÁRIORelator(a): Min.

OUTRAS contribuições sociais para a Seguridade Social

- **EMENTA:** EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. FINSOCIAL. ALEGAÇÃO DAS EMPRESAS DE INCONSTITUCIONALIDADE DA EXAÇÃO POR AUSÊNCIA DE LEI COMPLEMENTAR A AUTORIZAR A SUA COBRANÇA E EXISTÊNCIA DE BITRIBUTAÇÃO. RECURSO DA UNIÃO FEDERAL NO SENTIDO DA INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE ÀS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. 1. Alegações da empresa. Improcedência. O Plenário desta Corte firmou entendimento no sentido de que o Decreto-Lei nº 1.940/82 e as alterações havidas anteriormente à promulgação da Constituição Federal de 1988 continuaram em vigor até a edição da Lei Complementar nº 70/91.

OUTRAS contribuições sociais para a Seguridade Social

CONTINUAÇÃO: 1.1. Existência de bitributação por ter o FINSOCIAL a mesma base de cálculo da **Contribuição para o PIS**. Insubsistência. A vedação constitucional prevista no art. 154, I da Carta Federal **somente diz respeito aos impostos e não às contribuições para a seguridade social**. 2. Extraordinário da União Federal. Inaplicabilidade do princípio da anterioridade às contribuições sociais. Alegação parcialmente procedente. A teor do disposto no art. 195, § 6º da Constituição Federal, a exação somente poderá ser exigida noventa dias após a edição da lei que a houver instituído ou modificado. Extraordinário da União Federal parcialmente conhecido e, nesta parte, provido. Não conhecido o recurso da empresa. (AI 499888 AgR /

OUTRAS contribuições sociais para a Seguridade Social

- **EMENTA:** Contribuição Previdenciária e Retenção sobre Nota Fiscal ou Fatura de Prestação de Serviços - 2 - O Tribunal, por maioria, negou provimento a recurso extraordinário interposto contra acórdão da 3ª Turma do TRF da 1ª Região que decidira pela legitimidade da retenção, pela empresa contratante de serviços executados mediante mão-de-obra, de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal ou da fatura de prestação de serviços, para fins de contribuição previdenciária, nos termos previstos no art. 31 da Lei 8.212/91, com a redação dada pela Lei 9.711/98.
- Entendeu-se que a alteração introduzida pela Lei 9.711/98 **não implicou criação de nova contribuição ou contribuição decorrente de outras fontes** com ofensa ao art. 195, §4º, da CF, porquanto apenas objetivou simplificar a arrecadação do

Competência

- O ente estatal competente para instituir contribuições sociais é a União (art. 149 da CF/88).
- Os demais entes federativos possuem competência visando o custeio de sistemas de previdência social de seus servidores, consoante o art. 149, §1º.

Fato Gerador da Contribuição Previdenciária

- O fato gerador da contribuição previdenciária, em primeiro plano, não será o pagamento das importâncias devidas ao prestador de serviço (empregado ou não), mas sim a prestação de serviços em si.
- Para o direito previdenciário é o trabalho humano o valor densificado nos princípios do sistema social, e este é o fato gerador da contribuição.
- Assim, a vontade das partes quanto aos efeitos previdenciários decorrentes dos atos

Fato Gerador da Contribuição Previdenciária

- Há quem acredite que o fato gerador da contribuição previdenciária seja o pagamento das verbas, ou ainda, no terreno da execução judiciária trabalhista, a própria sentença exarada pelo Juízo Laboral.
- No entanto, o fato gerador da contribuição previdenciária é, de fato, a prestação de serviços em si.

Fato Gerador da Contribuição Previdenciária

- Há casos em que surge até antes da efetiva prestação do serviço: quando se tratar de empregado na acepção celetista, bastará que o prestador dos serviços esteja à disposição do tomador, executando ou aguardando ordens, na forma do art. 4º Caput da CLT.

Fato Gerador da Contribuição Previdenciária

- Outrossim, caso o pagamento preceda à prestação de serviço, será ele mesmo (O Pagamento), o próprio fato gerador, porque integraliza a hipótese de incidência.
- Ressalta-se que conforme julgara o STJ no RESP 221362/RS: *“é inconsistente a tese de que o fato gerador somente ocorre com o efetivo pagamento”*. (DJ

Fato Gerador da Contribuição Previdenciária

- Vale ressaltar que haverá situações em que o fato gerador será a comercialização bruta da produção do contribuinte, como na agroindústria, e não propriamente a prestação de serviços.
- Nesse caso a base de cálculo será o valor da comercialização bruta, e não

REsp 221362 / RS ; RECURSO ESPECIAL

1999/0058550-0

- TRIBUTÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. FATO GERADOR. SALÁRIO. EMPREGADO.
 1. Não se conhece de recurso especial por violação ao art. 535, II, do CPC, quando a prestação jurisdicional discutida foi entregue, com exame das questões essenciais postas para discussão, no corpo do acórdão recorrido.
 2. Ausência de prequestionamento, na espécie, do art. 459, § 1º, da CLT.
 3. **Recurso conhecido em parte para discutir e decidir sobre a matéria jurídica enfrentada pelo acórdão e impugnada: efetivo momento do fato gerador da contribuição previdenciária paga pelo empregado.**

REsp 221362 / RS ; RECURSO ESPECIAL

1999/0058550-0

- (continuação) 4. Improvimento do recurso. Homenagem prestada ao acórdão recorrido que entendeu materializar-se o fato gerador da contribuição do empregado com a prestação do serviço decorrente da relação de emprego e o direito, no final do período mensal ajustado, a receber o salário devido. 5. Inconsistência da tese de que o fato gerador, na espécie, só ocorre com o efetivo pagamento. 6. Recurso improvido na parte em que foi conhecido.

Fato Gerador da Contribuição Previdenciária

- **ASPECTO MATERIAL**
- Em relação aos empregadores, empresas e entidades a elas equiparadas – Utilizar, de forma onerosa, a prestação de serviço de uma pessoa física.
- Em relação aos trabalhadores – prestar serviço oneroso a pessoa física ou

Identidade com a Relação Obrigacional Tributária

- Em ambas o sujeito ativo é ente pertencente ao Estado, que se vale de sua supremacia para exigir o cumprimento da obrigação pela via coercitiva.
- O sujeito passivo não tem a possibilidade de alterar a incidência da norma, uma vez concretizado o fato impositivo; nem transferir por negócio entre particulares,

Identidade com a Relação Obrigacional Tributária

- Da mesma forma que ocorre na obrigação de pagar tributo, o Estado se utiliza do poder de polícia para verificar a exatidão das contribuições vertidas, bem como das obrigações acessórias decorrentes da aplicação da lei previdenciária, podendo, em caso de violação aplicar as sanções

Identidade com a Relação Obrigacional Tributária

- Em caso de ausência do pagamento voluntário das obrigações decorrentes da aplicação das regras de custeio, cumpre ao poder público exigir judicialmente a prestação pecuniária, mediante ação de execução fiscal, de rito próprio, após o registro do débito em dívida ativa e a expedição do título executivo